



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90084/2025

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 25000.011767/2025-51

DATA DA SESSÃO: 30/06/2025

HORÁRIO: 10:00 HORAS (HORARIO DE BRASILIA)

LOCAL: [HTTP://WWW.COMPRASNET.GOV.BR](http://WWW.COMPRASNET.GOV.BR)

JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

Torna-se público que a **UNIÃO**, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE – DLOG** da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de **EQUIPAMENTOS DESTINADOS AOS LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, conforme tabela:



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

ITEM	ESPECIFICACAO	CATMAT	UND APRESENTACAO / FORNECIMENTO	QTDE DEMANDADA / ORGÃO GERENCIADOR (A)	QTDE DEMANDADA / ORGAOS PARTICIPANTES (B)	QTDE DEMANDADA TOTAL (A+B)
1	CENTRÍFUGA, P/ BUTIRÔMETRO, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 24 UNIDADES, ATÉ 1500 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 15 MIN	BR0411626	UNIDADE	27	15	42
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	BR0422477	UNIDADE	79	65	144
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	BR0416257	UNIDADE	90	70	160

1.3. O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação, conforme Termo de Referência. **(HAVERÁ COTAÇÃO PARCIAL)**

1.4. O licitante não poderá usufruir da margem de preferência para este objeto, considerando que não se aplica a margem de preferência para o(s) ITEM(NS). **(NÃO HÁ MARGEM DE PREFERÊNCIA)**

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços;

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras);

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;



3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

- 3.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
 - 3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua



controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

- 3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;
- 3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;
- 3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



- 4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima;
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



- 4.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto;
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;
- 4.15. SERÁ PERMITIDA COTAÇÃO PARCIAL, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERENCIA.**

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. **VALOR UNITÁRIO DO ITEM, EM REAL (R\$), NO LIMITE DE ATÉ QUATRO CASAS DECIMAS (FORMA PRÉ-DEFINIDA PELO SISTEMA);**
- 5.1.2. A quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;
- 5.1.3. Marca / Fabricante;
- 5.1.4. **Modelo / Versão (Registro ANVISA, Descrição do objeto, etc.)**
- 5.1.5. Ser redigida em língua portuguesa e assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- 5.1.6. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. **Quando da convocação pelo Pregoeiro para apresentação de proposta atualizada, o licitante deverá apresentá-la de acordo com o Anexo II deste Edital.**
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. **Independentemente do percentual de tributo apresentado na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
 - 5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.8;
- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM;
- 6.6. Os lances deverão ser apresentados / realizados em real (R\$).
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,15%.**
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. Será adotado, no envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
 - 6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

- 6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.
- 6.19.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 6.19.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

- 6.20.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
 - 6.20.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 6.20.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 6.20.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
 - 6.20.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
 - 6.20.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolarem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
 - 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
 - 6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. A MARGEM DE PREFERÊNCIA DEVERÁ SER OBSERVADA E SERÁ APLICADA NOS SEGUINTE CASOS (QUANDO APPLICÁVEL):

6.23.1. MARGEM DE PREFERÊNCIA DE 5%, QUANDO ATENDIDAS CUMULATIVAMENTE:

6.23.1.1. Proposta que oferte medicamento registrado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; e que

6.23.1.2. Seja fabricado em unidade produtiva situada em território nacional,

6.23.2. MARGEM DE PREFERÊNCIA DE ATÉ 10%, QUANDO ATENDIDAS CUMULATIVAMENTE:

6.23.2.1. Proposta que oferte medicamento registrado na Anvisa e que,

6.23.2.2. Seja fabricado em unidade produtiva situada em território nacional e que,

6.23.2.3. Utilize exclusivamente o insumo farmacêutico ativo (IFA) cujas etapas produtivas foram integralmente realizadas em território nacional a partir do material de partida.

6.23.3. Os produtos manufaturados nacionais e os serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País poderão ter margem de preferência adicional de até dez por



cento, que, acumulada à margem de preferência normal, não poderá ultrapassar 20%. (§1º do Art. 3º Decreto 11.890/2024).

- 6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.24.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 6.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.24.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.24.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A CONSULTA AOS CADASTROS SERÁ REALIZADA EM NOME DA EMPRESA LICITANTE E TAMBÉM DE SEU SÓCIO MAJORITÁRIO, POR FORÇA DA VEDAÇÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 12 DA LEI N° 8.429, DE 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



7.7. NO CASO DE BENS E SERVIÇOS EM GERAL, É INDÍCIO DE INEXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS VALORES INFERIORES A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do insumo ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



- 8.1.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por meio digital, exclusivamente por meio de convocação de anexo, durante a sessão pública no Sistema COMPRAS.GOV.BR;**
- 8.2.1. Eventualmente, caso constatada a necessidade pela equipe de contratação, documentos complementares aos já apresentados poderão ser apresentados, por meio digital no endereço eletrônico: licitacao.dlog@saude.gov.br;
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.8. É DE RESPONSABILIDADE DO LICITANTE CONFERIR A EXATIDÃO DOS SEUS DADOS CADASTRAIS NO SICAF E MANTÊ-LOS ATUALIZADOS JUNTO AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA INFORMAÇÃO, DEVENDO PROCEDER, IMEDIATAMENTE, À CORREÇÃO OU À ALTERAÇÃO DOS REGISTROS TÃO LOGO IDENTIFIQUE INCORREÇÃO OU AQUELES SE TORNEM DESATUALIZADOS. (IN Nº 3/2018, ART. 7º, CAPUT).**
- 8.8.1. A NÃO OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ITEM ANTERIOR PODERÁ ENSEJAR DESCLASSIFICAÇÃO NO MOMENTO DA HABILITAÇÃO. (IN Nº 3/2018, ART. 7º, PARÁGRAFO ÚNICO).**



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados exclusivamente, por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.**
- 8.9.2. **A COMPROVAÇÃO DE QUE TRATA O CUMPRIMENTO DA RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SERÃO REALIZADAS PELO PREGOEIRO POR MEIO DA EMISSÃO DE CERTIDÕES JUNTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.**
- 8.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se



nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
 - (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original;
- 10.1.3. Os licitantes serão convocados pelo Pregoeiro, previamente à etapa de aceitação de propostas, a se manifestarem, por meio do CHAT, acerca da aceitação em compor o cadastro de reserva, respeitado o prazo de 10 (dez) minutos para manifestação.

- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.



- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
 - 10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: Portal de Compras do Governo Federal - <http://www.comprasnet.gov.br>

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- Deixar de apresentar amostra;
- Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. Fraudar a licitação

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1; 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4; 12.1.5; 12.1.6; 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1; 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4; 12.1.5; 12.1.6; 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1; 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca deste Edital nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **ATÉ 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS ANTES DA DATA DA ABERTURA DO CERTAME;**
- 13.2. Os pedidos de impugnação e esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser encaminhados à comissão de licitações até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO VIA INTERNET, NO ENDEREÇO licitação.dlog@saude.gov.br;**
- 13.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação e ou manifestar-se sobre os esclarecimentos solicitados no prazo de **ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS CONTADOS DA DATA DE RECEBIMENTO DO PEDIDO;**
- 13.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame;
- 13.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;
- 13.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;
- 13.7. **As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações serão divulgadas exclusivamente pelo sistema COMPRASNET e vincularão os participantes e a Administração;**

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. A estimativa do valor da contratação contida no Estudo Técnico Preliminar – ETP, não reflete necessariamente o valor estimado para o(s) item(ns) do certame.**
- 14.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.
- 14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- A. Anexo I – Termo de Referência
 - B. Apêndice I do TR – Quantitativo estimado de adesão a ARP e localidade para entrega
 - C. Apêndice II do TR – Estudo Técnico Preliminar
 - D. Anexo II – Itens, quantitativos, cronograma e endereços de entrega - órgãos participantes
 - E. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços
 - F. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - G. Apêndice I da ARP – Quadro de Cadastro de Reserva
 - H. Apêndice II da ARP – Quadro de Registro de Preços



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

- I. Apêndice III da ARP – Quadro da ARP**
- J. Anexo V - Minuta de Contrato**

Brasília-DF, 11 de junho de 2025

GENIVANO PINTO DE ARAÚJO

Diretor do Departamento de Logística em Saúde



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública

TERMO DE REFERÊNCIA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

NATUREZA DA DEMANDA: Estruturação de Laboratório da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública

ELEMENTO DE DESPESA: Aquisição de equipamento e material permanente

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 10.305.5123.20YJ.0001

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preço com vista a eventual aquisição de equipamentos, destinados aos Laboratórios de Saúde Pública, previsto no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação	Descrição do CATMAT	Unidade de Fornecimento	Quantidade
1	CENTRÍFUGA, P/ BUTIRÔMETRO, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 24 UNIDADES, ATÉ 1500 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 15 MIN	BR0411626	Unidade	27
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	BR0422477	Unidade	79
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	BR0416257	Unidade	90

1.2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO (CARACTERÍSTICAS):

1.2.1. Item 1 - CATMAT 411626 - Centrífuga butirômetros

1.2.1.1. Centrífuga butirômetros, segundo método Gerber;

1.2.1.2. Material: resistente à corrosão, como chapa de aço inoxidável com pintura em epóxi eletrostática;

- 1.2.1.3. Capacidade: 24 butirômetros;
- 1.2.1.4. Força centrífuga relativa: 500 a 600 XG, cerca de 1.500 rpm;
- 1.2.1.5. Temporizador com até 15 minutos com desligamento automático;
- 1.2.1.6. Temperatura: aquecimento até 60°C, controlado por termostato;
- 1.2.1.7. Sistemas de segurança: alarme de desbalanceamento e tampa aberta, interrupção automática da operação em caso de desequilíbrio significativo;
- 1.2.1.8. Manual do usuário e guia rápido de consulta em português;
- 1.2.1.9. Garantia mínima de 01 ano a contar da instalação do equipamento na Unidade Requisitante;
- 1.2.1.10. Fonte de alimentação: 220 volts ou bivolt.

1.2.2. Item 2 - CATMAT 422477 - Centrífuga para microplacas

- 1.2.2.1. Centrífuga para microplacas tipo *spin*;
- 1.2.2.2. Material: resistente à corrosão, como aço com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática;
- 1.2.2.3. Rotor e capacidade: ângulo fixo e eixo vertical com capacidade para duas placas ou rotor horizontal com capacidade para até quatro placas;
- 1.2.2.4. Força centrífuga relativa mínima: 600 XG, cerca de 2.550 rpm;
- 1.2.2.5. Com temporizador;
- 1.2.2.6. Sistemas de segurança: alarme de desbalanceamento e tampa aberta, interrupção automática da operação em caso de desequilíbrio significativo;
- 1.2.2.7. Manual do usuário e guia rápido de consulta em português;
- 1.2.2.8. Garantia mínima de 01 ano a contar da instalação do equipamento na Unidade Requisitante;
- 1.2.2.9. Fonte de alimentação: 220 volts ou bivolt.

1.2.3. Item 3 - CATMAT 416257 - Leitora de microplacas multimodal

- 1.2.3.1. Equipamento para leitura de microplacas em ensaios ELISA;
- 1.2.3.2. Interface: computador acoplado ou painel digital com *software* de análise;
- 1.2.3.3. Compatível com microplacas de 96 poços de fundo chato, cônico ou curvo;
- 1.2.3.4. Modos de Leitura: absorbância, fluorescência e luminescência;
- 1.2.3.5. Leitura de cinética em tempo real;
- 1.2.3.6. Comprimento de onda: mínimo de 340 nm e máximo de 900 nm;
- 1.2.3.7. Carrossel com capacidade para até 8 filtros (inclusos no mínimo 4 filtros *standard* de 405 nm, 450 nm, 492 e 630 nm);
- 1.2.3.8. Precisão de absorbância: $\pm 0,01$ Abs;
- 1.2.3.9. Coeficiente de variação (CV) para repetibilidade: < 5%;
- 1.2.3.10. Precisão de fluorescência: CV < 2% para amostras padrão;
- 1.2.3.11. Tempo de leitura: até no máximo 30 segundos por placa de 96 poços, com sistema de centralização automática de placas, posicionando o

centro do poço com precisão;

1.2.3.12. Medições de comprimento de onda simples ou dupla, funções qualitativas e quantitativas de avaliação de dados com cortes (*cut-off*), curvas e fórmulas de transformação;

1.2.3.13. Agitador linear (três velocidades, lento, médio e rápido);

1.2.3.14. Realizar até 12 testes diferentes em apenas uma placa;

1.2.3.15. Temperatura até 40 °C;

1.2.3.16. Software de controle para análise de dados, com funções como ajuste de curva, cálculo de concentrações, IC50/EC50, e geração de relatórios compatível com sistemas operacionais *Windows*;

1.2.3.17. Impressoras para impressão dos relatórios;

1.2.3.18. Portas de entrada para impressora, PC, *pen drive* e cartão de memória e *Ethernet* para conexão com computadores e redes laboratoriais;

1.2.3.19. Opção de armazenamento local e exportação de arquivos, resultados e/ou protocolos via USB;

1.2.3.20. Sistema de auto-verificação para detecção de erros de leitura ou mau funcionamento;

1.2.3.21. Deve permitir fácil calibração e manutenção para assegurar resultados precisos e reproduzíveis;

1.2.3.22. Manual do usuário de operação e manutenção e guia rápido de consulta em português;

1.2.3.23. Garantia mínima de 01 ano a contar da instalação do equipamento na Unidade Requisitante e assistência técnica no Brasil;

1.2.3.24. Fonte de alimentação: 220 volts ou bivolt.

1.3. Será permitida cotação parcial de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento).

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. Estimativas de execução da Ata de Registro de Preços pelo Órgão Gerenciador (assinatura do contrato):

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Cronograma estimativo de execução da ARP	Quantidade Total
1	CENTRÍFUGA, P/ BUTIRÔMETRO, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 24 UNIDADES, ATÉ 1500	Unidade	14 unidades até 30 dias após assinatura da ARP	27

	RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 15 MIN		13 unidades até 90 dias após assinatura da ARP	
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	Unidade	26 unidades até 30 dias após assinatura da ARP	79
			26 unidades até 60 dias após assinatura da ARP	
			27 unidades até 90 dias após assinatura da ARP	
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	Unidade	30 unidades até 30 dias após assinatura da ARP	90
			30 unidades até 90 dias após assinatura da ARP	
			30 unidades até 150 dias após assinatura da ARP	

1.8.1. Os quantitativos e os prazos acima representam mera expectativa de contratação, não vinculando a Administração à sua efetiva execução.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Saúde, instituído em 9 de outubro de 2023, através da Portaria GM/MS Nº 1.517.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Pelo fato dos produtos eventualmente adquiridos serem classificados como material permanente, e em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como nos normativos do Poder executivo federal, a Administração obedecerá ao disposto na legislação específica que trata do desfazimento de bens da Administração Pública, após o fim da sua vida útil, mediante o devido processo administrativo.

4.1.2. Além disso, visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela

Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG e de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - DECOR /CGU/AGU, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental: Produtos constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR- 15448-1 e 15448.

4.1.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.4. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998 e da Resolução CONAMA nº 267, de 14/9/2000 é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de Ozônio SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e Tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº. 783, de 1998, e o artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/9/2000.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.4. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica

na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuênciam ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas

as cláusulas do contrato.

4.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Item	Contrato	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
1	1 ^a execução	Parcela Única	14	60 dias após assinatura do contrato
	2 ^a execução	Parcela Única	13	60 dias após assinatura do contrato
	TOTAL		29	

Item	Contrato	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
2	1 ^a execução	1 ^a	13	60 dias após assinatura do contrato
		2 ^a	13	90 dias após assinatura do contrato
	2 ^a execução	1 ^a	13	60 dias após assinatura do contrato
		2 ^a	13	90 dias após assinatura do contrato
	3 ^a execução	1 ^a	13	60 dias após assinatura do contrato
		2 ^a	14	90 dias após assinatura do contrato

Item	Contrato	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
	TOTAL	2 parcelas cada execução	79	
3	1 ^a execução	1 ^a	15	60 dias após assinatura do contrato
		2 ^a	15	90 dias após assinatura do contrato
	2 ^a execução	1 ^a	15	60 dias após assinatura do contrato
		2 ^a	15	90 dias após assinatura do contrato
	3 ^a execução	1 ^a	15	60 dias após assinatura do contrato
		2 ^a	15	90 dias após assinatura do contrato
	TOTAL	2 parcelas cada execução	90	

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues de forma descentralizada, de acordo com a quantidade, da formalização de adesão a Ata Registro de Preço e assinatura do contrato, conforme estimativa especificada no Apêndice 1, deste Termo de Referência.

5.4. Para os itens 1 e 2, a empresa Contratada deverá entregar junto ao equipamento o Certificado de Calibração. Em caso de desregulação e/ou mau funcionamento, a contratada deverá realizar medidas necessárias para que o equipamento esteja em perfeito estado de operação.

5.5. Para o item 3, a empresa Contratada deverá no ato entrega, atestar e aferir a calibração dos equipamentos, entregando o certificado. Em caso de desregulação e/ou mau funcionamento, a contratada deverá realizar medidas necessárias para que o equipamento esteja em perfeito estado de operação.

5.6. Os equipamentos deverão possuir Notificação ou Registro junto a ANVISA, Selo de segurança do INMETRO, número de série. Não serão aceitos para fins de processo licitatório equipamentos com fabricação descontinuada;

5.7. Não serão aceitos protótipos de equipamentos nem projetos inacabados, com modulações, ou seja, que sofreram transformações em suas configurações originais, apenas para atender ao edital.

5.8. Nenhum componente dos equipamentos especificados poderá apresentar quaisquer elementos que indiquem erro ou imprecisão de projeto da parte do fabricante, ou montador.

5.9. A contratada deverá entregar junto com o equipamento, manual de instruções do usuário, com uma versão em português, contendo de forma clara o atendimento às especificações técnicas exigidas, com informações detalhadas e objetivas quanto à execução de todas as etapas, bem como o passo a passo para operacionalização dos equipamentos e, também, a relação da rede de assistência técnica autorizada.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.11. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.12. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.13. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.14. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.15. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.16. Todas as partes, peças acessórios e componentes (exceto consumíveis tais como eletrodos, etc) estarão sujeitos ao mesmo período de garantia aqui determinado, desde que não tenham sido objeto de mau uso.

5.17. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.18. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.19. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.20. Caso o tempo de reparo exceda sessenta dias úteis, a contratada deverá efetuar a substituição do equipamento defeituoso, de forma definitiva, nos mesmos prazos de entrega e instalação pactuados neste documento, conforme previsto no Art 18 § 1º da Lei 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor.

5.21. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos,

ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.22. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.23. Em todo e qualquer atendimento técnico, cuja intervenção resulte em alteração dos parâmetros do equipamento, a contratada deverá realizar a calibração e segurança elétrica, antes de liberar o mesmo para uso.

5.24. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem

adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória de no mínimo 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, limitado a 6% da parcela inadimplida, calculado proporcionalmente por dia de atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, respeitado o valor mínimo legal

7.2.4.2. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 6% (seis por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, caso haja a exigência de garantia de execução;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da

Lei n. 14.133, de 2021, caso haja a exigência de garantia de execução.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “d”, de 6% a 10% o valor do Contrato;

7.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 10% a 20% do valor do Contrato.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à

pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDAÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela

fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.27. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos

pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL01, de 18 de maio de 2020.

8.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

8.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme detalhado no instrumento convocatório.

8.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.37. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.38. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.39. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.28.1.1. A empresa deverá comprovar que forneceu quantitativos correspondentes a, no mínimo, **15% (quinze por cento)** da quantidade de produtos correlatos ou superior com o objeto deste Termo de Referência, ofertada em sua proposta.

9.28.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor

9.28.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.29. Licença de Funcionamento ou Alvará Sanitário emitida pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal em nome da licitante.

9.30. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) participante da licitação emitida pela ANVISA.

9.31. Certificado de Notificação ou Registro do equipamento junto a ANVISA. Declaração do número do registro ou cadastro do produto, fornecido pelo Ministério da Saúde já em situação definitiva, não sendo aceito número de protocolo ou documento provisório para mesmo fim. Os certificados de Notificação ou Registro dos materiais expedidos pela Anvisa, podem ser cópia da publicação DOU ou do certificado, identificando o número do item correspondente. Caso tenha algum produto que dispensa registro, apresentar cópia do Comunicado de Aceitação de Notificação emitido pela ANVISA ou a legislação que dispensa o registro.

9.32. O Licitante deverá apresentar proposta constando claramente cada uma das características do equipamento em questão, contendo nome de marca, modelo, suas funções e aplicações básicas.

9.33. Deverá ser enviado junto à proposta do licitante, prospecto com descrição, marca e imagem do ítem classificado na disputa;

9.34. Se o equipamento for importado, o prospecto deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa;

9.35. Declaração em papel timbrado do licitante, fazendo referência ao presente termo de Referência e ao edital do pregão, declarando que prestará assistência técnica durante o período de garantia dos equipamentos propostos e que possui rede de assistência técnica treinada, certificada e credenciada pelo fabricante para efeito de cumprimento das obrigações de garantia.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão

traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão/Unidade: 36901;
- II - Fonte de Recursos: 1.001
- III - Programa de Trabalho: 10.305.5123.20YJ.0001;
- IV - Elemento de Despesa: 449052;
- V - Plano Orçamentário: PO 000T

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos

correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

12.2. Não será permitida participação de empresas que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição, inclusive controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

12.3. Haverá a possibilidade de adesão de registros de preços para órgãos não participantes, observado o disposto no art. 15, inciso XI, c/c o art. 32 do Decreto n. 11.462/2023.

12.4. A contratada, no ato da assinatura de cada contrato, será informada do endereço de entrega.

12.5. Não será aceita documentação vencida e nem protocolos, salvo para exceções previstas em normatização específica da ANVISA ou regulamentação próprias às licenças sanitárias Estadual ou Municipal.

MARÍLIA SANTINI DE OLIVEIRA

Coordenadora-Geral de Laboratórios de Saúde Pública

RIVALDO VENÂNCIO DA CUNHA

Secretario de Vigilância em Saúde e Ambiente - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marilia Santini de Oliveira, Coordenador(a)-Geral de Laboratórios de Saúde Pública**, em 14/03/2025, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rivaldo Venancio da Cunha, Secretário(a) Adjunto(a) de Vigilância em Saúde e Ambiente substituto(a)**, em 14/03/2025, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0046624149** e o código CRC **D014C3A9**.

APÊNDICE I DO TR

Quantitativo estimado de adesão a ARP e localidade para entrega						
Região	UF	Municípios	Equipamentos			Total por região
			Item 1 Centrífuga butirômetros	Item 2 Centrífuga microplacas tipo spin	Item 3 Leitora de microplaca	
Norte	AC	Rio Branco	7	25	25	57
	AM	Manaus				
	AP	Macapá				
	PA	Belém				
	RO	Porto Velho				
	RR	Boa Vista				
	TO	Palmas				
Nordeste	AL	Maceió	9	30	29	68
	BA	Salvador				
	CE	Fortaleza				
	MA	São Luís				
	PB	João Pessoa				
	PE	Recife				
	PI	Teresina				
	RN	Natal				
	SE	Aracaju				
Centro-oeste	DF	Brasília	4	8	14	26
	GO	Goiânia				
	MS	Campo Grande				
	MT	Cuiabá				
Sudeste	ES	Vitória	4	8	8	20
	MG	Belo Horizonte				
	RJ	Rio de Janeiro				
	SP	São Paulo				
Sul	PR	Curitiba	3	8	14	25
	SC	Florianópolis				
	RS	Porto Alegre				
Total		27	79	90	196	

Estudo Técnico Preliminar 25/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25000.011767/2025-51

2. Embasamento Legal

- 2.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 2.2. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
- 2.3. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- 2.4. Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 2.5. Decreto Legislativo nº 395, publicado no Diário do Senado Federal em 13 de março de 2009, que aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005;
- 2.6. Decreto Nº 8.077, de 14 de agosto de 2013 (Publicado no D.O de 15/08/2013), que regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências;
- 2.7. Resolução - RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas;
- 2.8. Resolução - RDC Nº 40, de 1º de agosto de 2014, Altera a Resolução da Diretoria Colegiada nº 16, de 1º de abril de 2014, que Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas;
- 2.9. Resolução - RDC Nº 830, de 6 de dezembro de 2023, Dispõe sobre a classificação de risco, os regimes de notificação e de registro e os requisitos de rotulagem e instruções de uso de dispositivos médicos para diagnóstico in vitro, inclusive seus instrumentos.
- 2.10. Instrução Normativa STI/MP nº 01/2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

3. Descrição da necessidade

Aquisição de equipamentos (Centrífugas e Leitora de microplacas) por meio de Registro de preço, para os Laboratórios Centrais de Saúde Pública que compõem a Rede Nacional de Laboratórios Públicos, previsto no Novo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC).

3.1. É prerrogativa do Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), coordenar programas de prevenção e controle de doenças transmissíveis de relevância nacional, como surtos endêmicos, AIDS, dengue, malária, hepatites virais, doenças imunopreveníveis, leishmaniose, hanseníase, tuberculose, dentre outras.

3.2. A Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) é responsável pela coordenação das respostas às emergências de saúde pública de importância nacional e internacional, bem como cooperar com Estados, Distrito Federal e Municípios em emergências de saúde pública de importância estadual. A SVSA/MS é o ponto focal nacional da Organização Mundial de Saúde – OMS, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional, no que se refere à prontidão, monitoramento e resposta oportuna às situações de risco de disseminação de doenças e à ocorrência de outros eventos de saúde pública que impliquem em emergências de importância internacional.

3.3. Inserida na SVSA, a Coordenação Geral de Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB) é responsável por coordenar a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (RNLSP) que é, por sua natureza, a primeira linha de resposta laboratorial pública a qualquer emergência em saúde pública em território nacional. A RNLSP é formada pelos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACEN) e sua respectiva Rede Descentralizada, localizados nos 26 Estados e Distrito Federal, completa a rede de laboratórios de saúde pública o Laboratório de Referência Nacional, do Instituto Evandro Chagas/IEC, os laboratórios de referência regionais, Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) do RJ, PE e PR, Instituto Adolfo Lutz/IAL/SP e o Lacen/DF. No que tange ao fluxo de realização dos exames na rede de laboratórios de saúde pública.

3.4. É de competência da União, a gestão dos estoques de insumos estratégicos de interesse da SVSA, incluindo-se o armazenamento, abastecimento e o provimento de tais insumos aos Estados e ao Distrito Federal com a finalidade de dar suporte às ações laboratoriais, cuja importância estratégica é garantir, em tempo hábil, a investigação, bloqueio e controle de casos e surtos, além de padronizar os reagentes e insumos diagnóstico utilizados pelo SISLAB. A eficiência dessas ações depende do desenvolvimento harmônico das funções realizadas pelos níveis federal, estadual e municipal e da disponibilidade de dados que sirvam para subsidiar o processo de planejamento, avaliação, manutenção e aprimoramento.

3.5. A Coordenação Geral de Laboratórios de Saúde Pública – CGLAB é responsável por coordenar o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (SISLAB), formado pelos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACEN) e pelos Laboratórios de Referência Nacionais e Regionais (LRN e LRR), além de coordenar administrativamente as ações que envolvem seleção, armazenagem e distribuição de insumos estratégicos necessários ao funcionamento de todo o sistema.

3.6. O Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública – SISLAB, foi instituído pela Portaria Ministerial nº 280, de 21 de julho de 1977 na necessidade de organizar nacionalmente a Rede de Laboratórios de Saúde Pública - RNLSP, responsável pelo diagnóstico e monitoramento de doenças transmissíveis e outras de interesse da saúde pública, visto que até aquele momento não havia uma rede laboratorial organizada para essa finalidade. A reestruturação da RNLSP, busca sua reintegração como componente de gestão da Vigilância em Saúde considerando as particularidades regionais e a ação oportuna na identificação e monitoramento de possíveis ameaças à saúde pública, sendo esta última sua atividade principal.

3.7. Nos últimos anos, a emergência e reemergência de patógenos de interesse da vigilância em saúde, principalmente com a circulação concomitante de diferentes vírus, o aumento dos eventos em saúde pública e a própria estruturação da Vigilância Epidemiológica e de Saúde Ambiental demandam cada vez mais da Vigilância Laboratorial (VL) como componente crítico, transversal e vital para o enfrentamento das Emergências em Saúde Pública.

3.8. A Vigilância Laboratorial (VL) está estruturada por meio do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (SISLAB), constituído pelo conjunto de redes nacionais de laboratórios, organizadas em sub-redes, por agravos ou programas, de forma hierarquizada por grau de complexidade das atividades relacionadas à vigilância em saúde – compreendendo a vigilância epidemiológica e vigilância em saúde ambiental, vigilância sanitária e assistência médica.

3.9. A Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB) é responsável por assessorar e cooperar tecnicamente, junto aos estados e o Distrito Federal, na implementação da Rede Nacional de Laboratórios de Vigilância Epidemiológica e Rede Nacional de Laboratório de Saúde Ambiental que compõem o SISLAB.

3.10. Neste contexto, a CGLAB, no intuito de desenvolver a RNLSP para que possa aprimorar de maneira integrada sua atuação de vigilância, com informações laboratoriais precisas e oportunas, entende como necessária a reunião de esforços entre os entes federados para o fortalecimento da capacidade laboratorial que atenda as necessidades de interesse da saúde pública.

3.11. JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO

3.11.1. Da Importância da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública - RNLSP.

3.11.2. O Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (SISLAB) é composto pela Rede Nacional de Laboratórios de Vigilância Epidemiológica e Rede Nacional de Laboratórios de Vigilância em Saúde Ambiental. O Ministério da Saúde, por meio da Coordenação-Geral de Laboratório de Saúde Pública (CGLAB), é responsável por assessorar e cooperar tecnicamente com os estados e o Distrito Federal na implementação da Rede Nacional de Laboratórios (RNLSP), no diagnóstico e monitoramento de doenças transmissíveis e outras de interesse da saúde pública.

3.11.3. Esta proposta tem como objetivo a reestruturação da RNLSP, reintegrando-a como componente de gestão da Vigilância em Saúde, considerando as particularidades regionais e agindo de forma oportuna na identificação e monitoramento de possíveis ameaças à saúde pública, em articulação com as demais unidades competentes. Além disso, promove a educação permanente e a capacitação dos profissionais de vigilância em saúde.

3.11.4. Recentemente, a humanidade enfrentou a maior pandemia da história contemporânea. Desde a incerteza quanto à identificação e origem do vírus até a disponibilização das vacinas, os laboratórios desempenharam um papel fundamental no diagnóstico, monitoramento e projeções da COVID-19.

3.11.5. A superação do desafio em realizar diagnósticos precisos e rápidos foi possível graças à tecnologia que impulsionou o desenvolvimento de novos métodos laboratoriais. Este período caótico, marcado por milhares de mortes, sequelas, precarização do trabalho, saúde e economia, também resultou em avanços tecnológicos significativos para a inovação e produção de insumos de saúde.

3.11.6. Além disso, consolidou a compreensão de que os agentes infecciosos não estão limitados a grupos específicos ou regiões geográficas, evidenciando que o controle eficaz de doenças infecciosas depende da abrangência das medidas de vigilância, especialmente laboratorial.

3.11.7. O diagnóstico laboratorial é a primeira linha de resposta a qualquer emergência de saúde pública. Investir na estruturação, ampliação e manutenção da rede laboratorial do país proporciona na redução do número de mortes, diminuição no tempo de resposta e o tempo de internação em centros de tratamento, aliviando a carga sobre o Estado.

3.11.8. Desta forma, quanto maior for o investimento em políticas de prevenção e em metodologias que permitam diagnósticos rápidos e precisos, maior será a probabilidade de recuperação dos pacientes e controle das doenças, resultando em menores custos para os indivíduos, a sociedade e o Estado.

3.11.9. Aumentar a capacidade resolutiva dos Laboratórios Públícos Estaduais e Municipais fortalecerá, transversalmente, a saúde da população.

3.11.10. Isso é especialmente importante para a vigilância em saúde e ambiente, particularmente durante epidemias e surtos epidêmicos. Acredita-se que a racionalização das demandas aos LACEN e LMSP e a redução do tempo de resposta aos pacientes, resultará em menor morbimortalidade, especialmente para doenças infecciosas. Tais medidas resultarão numa distribuição mais eficiente das competências, reduzindo a sobrecarga nos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACEN), Laboratórios Regionais de Fronteira (LAFRON) e Laboratórios Municipais de Saúde Pública (LMSP).

3.12. Do Programa de Aceleração do Crescimento

3.12.1. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 28 de janeiro de 2007, é um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil.

3.12.2. O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Saúde, instituído em 9 de outubro de 2023 através da Portaria GM/MS Nº 1.517, traz consigo um conjunto de medidas para fortalecer o sistema de saúde brasileiro. O Ministério da Saúde irá investir R\$ 31 bilhões até 2026 para viabilizar a universalização de serviços essenciais na rede pública. Os investimentos estão distribuídos em 5 eixos: Atenção Primária, Atenção Especializada, Preparação para Emergências em Saúde, Complexo Econômico-industrial da Saúde e Telessaúde.

3.12.3. O novo PAC é um instrumento de retomada do planejamento de médio e longo prazo em setores estruturantes e mobilização das capacidades institucionais do poder público para a coordenação de investimentos e medidas de estímulo econômico. O programa articula os planejamentos setoriais, medidas de aprimoramento dos

mecanismos de gestão e de ampliação da transparência. Investimento na modernização e integração de sistemas, recomposição da força de trabalho de órgãos reguladores e articulação de instrumentos de acompanhamento do Novo PAC e do Plano Plurianual (PPA) merecem destaque nessa categoria.

3.12.4. Em 2023, o novo PAC retomou a elaboração de um conjunto articulado de atos normativos de gestão e de planejamento. Esse resgate será decisivo para a expansão em investimentos públicos e privados no Brasil.

3.12.5. Essas medidas, integradas ao Novo PAC, visam promover investimentos em políticas públicas e infraestrutura, incluindo, como uma de suas metas, a Estruturação da Vigilância Laboratorial em Saúde e Ambiente e Resposta às Emergências em Saúde Pública, no eixo da Saúde, no âmbito do Novo PAC.

3.13. O Novo PAC pretende assegurar recursos para reduzir as lacunas na assistência, chegando às populações anteriormente desatendidas, por meio da ampliação da cobertura dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

3.13.1. O programa objetiva a expansão e capacidade de resposta do Brasil às emergências em saúde pública.

3.13.2. Além disso, objetiva beneficiar diretamente a população, pois os recursos a serem utilizados, fortalecerão a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública em todos os estados brasileiros, bem como facilitarão a identificação de agravos em áreas de difícil acesso e possibilitarão a análise precoce de agentes emergentes e reemergentes por meio da estruturação do Centro Nacional de Inteligência Epidemiológica, incluindo o componente de Inteligência Genômica (CIGEN), fundamental na identificação de variantes de patógenos circulantes e de interesse para a Vigilância em Saúde.

3.14. É sabido que o diagnóstico laboratorial é a primeira linha de resposta a emergências em saúde pública relacionadas a agentes infecciosos que podem causar surtos, epidemias e pandemias. Com isso, o novo PAC pretende viabilizar a estruturação do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública para enfrentamento de futuras pandemias e outras emergências em saúde pública.

3.15. Essa ampliação da capacidade de laboratórios, para que a RNLSP esteja preparada para emergências sanitárias, está intimamente relacionada às pactuações com os 28 Lacen, presentes nos 27 Estados brasileiros e no laboratório municipal de São Luís (MA). Daí a retomada do novo PAC para a compra de equipamentos que aprimorem os resultados, dinamizando as demandas do SUS.

3.16. Há também medidas de integração de políticas públicas com o uso de poder de compra do Estado. No total, são 175 medidas organizadas em cinco diferentes categorias. Cerca de 60% das medidas previstas para 2023 foram concluídas, 24% estão em andamento e 16% estão em fase preparatória. Quase a totalidade das ações em andamento diz respeito às Proposições Legislativas encaminhadas ao Congresso Nacional.

3.17. O Novo PAC almeja investimento de R\$ 1,7 trilhão em todos os estados do Brasil, sendo R\$ 1,3 trilhão até 2026 e R\$ 0,4 trilhão após 2026.

3.18. Durante o ano de 2022 o cenário da pandemia de COVID-19 mostrou sinais de abrandamento no país, muito atribuído à abrangência da vacinação da população.

3.19. Nos Lacen, este fato contribuiu para a diminuição da demanda por exames de investigação da COVID-19.

3.20. Apesar da pandemia de COVID-19 ter sido oficialmente decretada como extinta pela Organização Mundial da Saúde (OMS), seu legado aprimorou os processos de trabalho com valiosos aprendizados para a atuação sentinel da dos Lacen, especialmente nos períodos em que foram verificados os picos pandêmicos, ao assimilarem as experiências vividas nos períodos críticos. Além disto, novas demandas emergentes colocaram os serviços laboratoriais à prova como a circulação do vírus Monkeypox (MPXV) em países não endêmicos, e o surgimento de novas variantes do SARS-CoV-2.

3.21. Todo este contexto traz a reflexão sobre o real papel do LACEN como componente de Vigilância em Saúde. E, particularmente, quanto à necessidade de investimentos em equipamentos, insumos e recursos humanos. Adicionalmente, na manutenção de uma estrutura física adequada para o atendimento de possíveis crises na saúde pública do país, sobretudo, relacionadas a doenças infectocontagiosas.

3.22. Com a progressiva estruturação dos LACEN houve um incremento considerável na capacidade de testagem do país. A título de exemplo, desde fevereiro de 2020 até o início de novembro de 2022, mais de 60 milhões de exames de PCR para a COVID-19 foram realizados pela rede de LACEN.

3.23. Alguns indicadores relevantes podem ser utilizados para avaliação da produtividade dos Lacen, a partir dos investimentos do novo PAC:

3.23.1. Ampliação da capacidade dos Laboratórios Centrais – LACEN presentes nos 27 estados, dos Laboratórios de Fronteira - LAFRON e Laboratórios Municipais de Saúde Pública, pertencentes à Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública – RNLSP;

3.23.2. Implantação de Laboratórios Móveis de Resposta Rápida com equipamentos para regiões isoladas (LMRR);

3.23.3. Ampliação da capacidade de resposta e diagnóstico dos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.

3.24. ESTRUTURAÇÃO DA AMPLIAÇÃO

3.24.1. Com o Novo PAC, o qual abrange novas obras, ampliação e aquisições de equipamentos, será investindo na estruturação dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACEN), dos Laboratórios Regionais de Fronteira (LAFRON) e dos Laboratórios Municipais de Saúde Pública (LMSP) da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (RNLSP). Esses investimentos visam aumentar a capacidade de resposta e fornecer um maior número de diagnósticos em um tempo reduzido, preparando esses laboratórios públicos estaduais e municipais para responder eficazmente às novas pandemias e emergências de saúde pública.

3.24.2. Estão sendo realizados investimentos para emergências sanitárias com o intuito de ampliar a capacidade dos laboratórios da rede nacional.

3.24.3. Os dados comparativos demonstram aumento de 400%, em relação aos anos anteriores de 2018 e 2019. Além disso, demonstram a retomada do atual governo no fortalecimento das ações vinculadas à vigilância laboratorial em saúde e ambiente e resposta às emergências em saúde pública. Com isso, pretende-se maior capilaridade e regionalização desse serviço estratégico no SUS.

3.24.4. No subeixo do PAC "Preparação para Emergências Sanitárias", que visa a Estruturação da Vigilância Laboratorial em Saúde e Ambiente e Resposta às Emergências em Saúde Pública, há a Estruturação para ampliação da capacidade dos LACEN, LAFRON e LMSP pertencentes a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública – RNLSP. Esse subeixo é subdividido em três ações de Estruturação:

- Reformas e ampliações;
- Obras novas e equipamentos;
- Aquisição de insumos para diagnóstico.

3.24.5. Essa melhoria terá impactos significativos na saúde da população, permitindo uma resposta mais rápida e eficaz às demandas de saúde pública. Além disso, essa iniciativa busca fortalecer a vigilância em saúde e ambiente, especialmente durante epidemias e surtos epidêmicos. O objetivo é garantir uma detecção precoce e uma resposta ágil a situações de emergência, protegendo a saúde da população e o meio ambiente.

3.24.6. Por meio da otimização das demandas, ocorrerão melhorias no funcionamento dos LACEN, dos LAFRON e dos LMSP. Isso implica na distribuição equitativa de competências, permitindo uma alocação mais eficiente de recursos e uma resposta mais eficaz às necessidades de diagnóstico da população.

3.24.7. Com a aplicação do programa, haverá a possibilidade de maior investimento em equipamentos para diagnóstico molecular (PCR e sequenciamento), nos Laboratórios Municipais e Estaduais de Saúde Pública, bem como os de Referência, com aumento significativo da capacidade de realizar exames durante emergências, como pandemias e endemias.

Com esse intuito, através das Portarias GM/MS nº 2.524, 2.525, 2.537 e 2.237, de 7 de dezembro de 2023, foram autorizados os repasses dos recursos financeiros federais aos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os Laboratórios de Saúde Pública.

Para garantir maior celeridade ao trâmite processual de compra dos equipamentos e materiais permanentes, bem como o menor preço do objeto pretendido, acarretando maior vantajosidade do processo licitatório, a SVSA instrumentalizou o presente processo de aquisição, visando a formulação de Ata Registro de Preço (ARP), para que os Laboratórios de Saúde Pública possam participar da Intenção de Registro de Preço (IRP) ou realizem a adesão a ARP e posterior contratação da empresa vencedora do certame.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Laboratórios de Saúde Pública - CGLAB /SVSA/MS	Marília Santini de Oliveira

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. A Descrição dos Requisitos da Contratação segue conforme o descrito no Tópico a seguir:

Item	Especificação	Descrição do CATMAT	Unidade de Fornecimento	Quantidade
1	CENTRÍFUGA, P/ BUTIRÔMETRO, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 24 UNIDADES, ATÉ 1500 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 15 MIN	BR0411626	Unidade	27
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	BR0422477	Unidade	79
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	BR0416257	Unidade	90

5.1.1. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO (CARACTERÍSTICAS):

5.1.1.1. Item 1 - CATMAT 411626 – Centrífuga butirômetros

- Centrífuga butirômetros, segundo método Gerber;
- Material: resistente à corrosão, como chapa de aço inoxidável com pintura em epóxi eletrostática;
- Capacidade: 24 butirômetros;
- Força centrífuga relativa: 500 a 600 XG, cerca de 1.500 rpm;
- Temporizador com até 15 minutos com desligamento automático;
- Temperatura: aquecimento até 60°C, controlado por termostato;
- Sistemas de segurança: alarme de desbalanceamento e tampa aberta, interrupção automática da operação em caso de desequilíbrio significativo;
- Manual do usuário e guia rápido de consulta em português;
- Garantia mínima de 01 ano a contar da instalação do equipamento na Unidade Requisitante;
- Fonte de alimentação: 220 volts ou bivolt.

5.1.1.2. Item 2 - CATMAT 422477 – Centrífuga para microplacas

- Centrífuga para microplacas tipo spin;
- Material: resistente à corrosão, como aço com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática;
- Rotor e capacidade: ângulo fixo e eixo vertical com capacidade para duas placas ou rotor horizontal com capacidade para até quatro placas;
- Força centrífuga relativa mínima: 600 XG, cerca de 2.550 rpm;
- Com temporizador;

- Sistemas de segurança: alarme de desbalanceamento e tampa aberta, interrupção automática da operação em caso de desequilíbrio significativo;
- Manual do usuário e guia rápido de consulta em português;
- Garantia mínima de 01 ano a contar da instalação do equipamento na Unidade Requisitante;
- Fonte de alimentação: 220 volts ou bivolt.

5.1.1.3. Item 3 - CATMAT 416257 – Leitora de microplacas multimodal

- Equipamento para leitura de microplacas em ensaios ELISA;
- Interface: computador acoplado ou painel digital com *software* de análise;
- Compatível com microplacas de 96 poços de fundo chato, cônicos ou curvo;
- Modos de Leitura: absorbância, fluorescência e luminescência;
- Leitura de cinética em tempo real;
- Comprimento de onda: mínimo de 340 nm e máximo de 900 nm;
- Carrossel com capacidade para até 8 filtros (inclusos no mínimo 4 filtros *standard* de 405 nm, 450 nm, 492 e 630 nm);
- Precisão de absorbância: $\pm 0,01$ Abs;
- Coeficiente de variação (CV) para repetibilidade: $< 5\%$;
- Precisão de fluorescência: CV $< 2\%$ para amostras padrão;
- Tempo de leitura: até no máximo 30 segundos por placa de 96 poços, com sistema de centralização automática de placas, posicionando o centro do poço com precisão;
- Medições de comprimento de onda simples ou dupla, funções qualitativas e quantitativas de avaliação de dados com cortes (*cut-off*), curvas e fórmulas de transformação;
- Agitador linear (três velocidades, lento, médio e rápido);
- Realizar até 12 testes diferentes em apenas uma placa;
- Temperatura até 40 °C;
- *Software* de controle para análise de dados, com funções como ajuste de curva, cálculo de concentrações, IC50/EC50, e geração de relatórios compatível com sistemas operacionais *Windows*;
- Impressoras para impressão dos relatórios;
- Portas de entrada para impressora, PC, *pen drive* e cartão de memória e *Ethernet* para conexão com computadores e redes laboratoriais;
- Opção de armazenamento local e exportação de arquivos, resultados e/ou protocolos via USB;
- Sistema de auto-verificação para detecção de erros de leitura ou mau funcionamento;
- Deve permitir fácil calibração e manutenção para assegurar resultados precisos e reproduzíveis;
- Manual do usuário de operação e manutenção e guia rápido de consulta em português;
- Garantia mínima de 01 ano a contar da instalação do equipamento na Unidade Requisitante e assistência técnica no Brasil;
- Fonte de alimentação: 220 volts ou bivolt.

5.2. Condições de Entrega

5.2.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.2. Os bens deverão ser entregues de forma descentralizada, de acordo com a quantidade, da formalização de adesão a Ata Registro de Preço e assinatura do contrato, conforme estimativa especificada no Apêndice 1, deste Termo de Referência.

5.2.3. Para os itens 1 e 2, a empresa Contratada deverá entregar junto ao equipamento o Certificado de Calibração. Em caso de desregulação e/ou mau funcionamento, a contratada deverá realizar medidas necessárias para que o equipamento esteja em perfeito estado de operação.

5.2.4. Para o item 3, a empresa Contratada deverá no ato entrega, atestar e aferir a calibração dos equipamentos, entregando o certificado. Em caso de desregulação e/ou mau funcionamento, a contratada deverá realizar medidas necessárias para que o equipamento esteja em perfeito estado de operação.

5.2.5. Os equipamentos deverão possuir Notificação ou Registro junto a ANVISA, Selo de segurança do INMETRO, número de série. Não serão aceitos para fins de processo licitatório equipamentos com fabricação descontinuada;

5.2.6. Não serão aceitos protótipos de equipamentos nem projetos inacabados, com modulações, ou seja, que sofreram transformações em suas configurações originais, apenas para atender ao edital.

5.2.7. Nenhum componente dos equipamentos especificados poderá apresentar quaisquer elementos que indiquem erro ou imprecisão de projeto da parte do fabricante, ou montador.

5.2.8. A contratada deverá entregar junto com o equipamento, manual de instruções do usuário, com uma versão em português, contendo de forma clara o atendimento às especificações técnicas exigidas, com informações detalhadas e objetivas quanto à execução de todas as etapas, bem como o passo a passo para operacionalização dos equipamentos e, também, a relação da rede de assistência técnica autorizada.

6. Da Qualificação Técnica

6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

6.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

6.1.1.1. A empresa deverá comprovar que forneceu quantitativos correspondentes a, no mínimo, **15% (quinze por cento)** da quantidade de produtos correlatos ou superior com o objeto deste Termo de Referência, ofertada em sua proposta.

6.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o **somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante**.

6.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.2. Licença de Funcionamento ou Alvará Sanitário emitida pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal em nome da licitante.

6.3. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) participante da licitação emitida pela ANVISA.

6.4. Certificado de Notificação ou Registro do equipamento junto a ANVISA. Declaração do número do registro ou cadastro do produto, fornecido pelo Ministério da Saúde já em situação definitiva, não sendo aceito número de protocolo ou documento provisório para mesmo fim. Os certificados de Notificação ou Registro dos materiais expedidos pela Anvisa, podem ser cópia da publicação DOU ou do certificado, identificando o número do item correspondente. Caso tenha algum produto que dispensa registro, apresentar cópia do Comunicado de Aceitação de Notificação emitido pela ANVISA ou a legislação que dispensa o registro.

6.5. O Licitante deverá apresentar proposta constando claramente cada uma das características do equipamento em questão, contendo nome de marca, modelo, suas funções e aplicações básicas.

6.6. Deverá ser enviado junto à proposta do licitante, prospecto com descrição, marca e imagem do ítem classificado na disputa;

6.7. Se o equipamento for importado, o prospecto deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa;

6.8. Declaração em papel timbrado do licitante, fazendo referência ao presente termo de Referência e ao edital do pregão, declarando que prestará assistência técnica durante o período de garantia dos equipamentos propostos e que possui rede de assistência técnica treinada, certificada e credenciada pelo fabricante para efeito de cumprimento das obrigações de garantia.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As estimativas a serem Contratadas estão definidas abaixo:

Item	Especificação	Unidade de Fornecimento	Quantidade
1	CENTRÍFUGA, P/ BUTIRÔMETRO, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 24 UNIDADES, ATÉ 1500 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 15 MIN	Unidade	27
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	Unidade	79
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	Unidade	90

7.2. MEMÓRIA DE CÁLCULO

7.2.1. Como memória de cálculo para aquisição desses equipamentos, teve como parâmetro as necessidades informadas pelos Laboratórios de Saúde Pública, visando aumentar a capacidade de resposta e fornecer um maior número de diagnósticos em um tempo reduzido, com o intuito de preparar a Estruturação da Vigilância Laboratorial em Saúde e Ambiente e Resposta às Emergências em Saúde Pública, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Saúde, para responder eficazmente às novas pandemias e emergências de saúde pública.

7.2.3. Assim, o Ministério da Saúde realizou um diagnóstico junto aos LACEN para a incorporação de novos equipamentos, o levantamento dos quantitativos e especificações técnicas dos equipamentos necessários via correspondência eletrônica e reuniões com os gestores dos laboratórios públicos de cada estado brasileiro.

7.2.4. Importante ressaltar, que não há no âmbito do Ministério da Saúde, contratos de fornecimento dos objetos da aquisição, não havendo quantitativo em estoque dos mesmos no Ministério da Saúde.

7.2.5. Destacasse que, o presente processo tem o objetivo de formulação de Ata Registro de Preço (ARP), para que os Laboratórios de Saúde Pública possam participar da IRP ou realizem a adesão e posterior contratação da empresa vencedora do certame. O Ministério da Saúde conduzirá os trâmites processuais para otimização da aquisição do objeto pretendido, ficando somente como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preço, não realizando a aquisição dos objetos para o órgão. Ou seja, os quantitativos acima mencionados serão exclusivo para adesão dos Laboratórios de Saúde Pública.

8. Levantamento de Mercado

8.1. Trata-se da pesquisa de mercado, visando o levantamento de preço para a aquisição de equipamentos (Centrífugas e Leitora de microplacas) para os Laboratórios Centrais de Saúde Pública que compõem a Rede Nacional de Laboratórios Públicos, previsto no Novo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC).

8.2. A pesquisa preliminar de preços foi realizada pela área técnica da Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB/SVSA/MS).

8.3. A pesquisa de mercado foi realizada em atendimento ao artigo 480 da Portaria nº 2.577, de 30 de setembro de 2019, que alterou o Capítulo IX e o Capítulo X da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, com a redação dada pela Portaria nº 3.440/GM/MS, de 24 de outubro de 2018.

Art. 480 Compete à área demandante que elaborou o Termo de Referência realizar a pesquisa de preços, visando celeridade, em conformidade com a legislação vigente.

8.4. Considerando a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 de 07 de julho de 2021 e em atendimento a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, que alterou a Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

8.5. Considerando o Art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020:

"I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório".

8.6. Em atendimento ao Art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, informa-se que foi realizada estimativa de preços com base no levantamento de valores junto a sítios públicos de cotação de preços, e pesquisa direta com fornecedores privados.

9. Descrição da solução como um todo

9.1. Registro de preço com vista a eventual aquisição de equipamentos (Centrífugas e Leitora de microplacas), para os Laboratórios Centrais de Saúde Pública que compõem a Rede Nacional de Laboratórios Públicos, previsto no Novo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC).

9.2. O objetivo da aquisição dos equipamentos (Lavadoras e Leitoras de Microplacas) em questão, viabiliza o fortalecimento das ações vinculadas à vigilância laboratorial em saúde e ambiente, e resposta às emergências em saúde pública, com o incremento no investimento em laboratórios centrais em todos os estados da federação. Essa ação possibilita uma maior capilaridade e regionalização desse serviço estratégico no SUS. Os Laboratórios Municipais e Estaduais de Saúde Pública, bem como os de Referência, aumentam significativamente a capacidade de realizar exames durante emergências, como pandemias e endemias. O Novo PAC possibilita incremento no investimento em equipamentos para diagnóstico molecular (PCR e sequenciamento).

9.3. Trata-se de equipamentos a serem adquiridos para os Laboratórios de Saúde Pública, localizados no Brasil, unidade diretamente ligada ao Ministério da Saúde, pela escolha da modalidade de licitação Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, o que viabiliza competição entre os fornecedores, especialmente a escolha de menor preço.

9.4. A contratação pauta na necessidade de melhorias desse Lacen no que consiste automatização e melhoria na qualidade de seus serviços e processo de integração de equipamentos para os Biobancos Nacionais.

9.5. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Saúde, instituído em 9 de outubro de 2023 através da Portaria GM/MS Nº 1.517, traz como uma de suas metas a Estruturação da Vigilância Laboratorial em Saúde e Ambiente. Para tanto, ocorrerá o investimento na ampliação e aquisição de equipamentos, bem como na estruturação e expansão dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACEN), Laboratórios Regionais de Fronteira (LAFRON) e Laboratórios Municipais de Saúde Pública (LMSP) da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (RNLS).

9.6. Com esse intuito, através das Portarias GM/MS nº 2.524, 2.525, 2.537 e 2.237, de 7 de dezembro de 2023, foram autorizados os repasses dos recursos financeiros federais aos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os Laboratórios de Saúde Pública.

9.7. Para garantir maior celeridade ao trâmite processual de compra dos equipamentos e materiais permanentes, bem como o menor preço do objeto pretendido, acarretando maior vantajosidade do processo licitatório, a SVSA instrumentalizou o presente processo de aquisição, visando a formulação de Ata Registro de Preço (ARP), para que os Laboratórios de Saúde Pública realizem a adesão e posterior contratação da empresa vencedora do certame.

9.8. Assim, a aquisição de dará por Pregão eletrônico pelo Sistema de Registro de preço, onde os Laboratórios de Saúde Pública que compõem a Rede Nacional de Laboratórios Públicos poderão fazer a Intenção de Registro de Preço (IRP) ou aderirem à Ata Registro de preço após a formulação da mesma pelo Ministério da Saúde.

9.9. Os itens da aquisição são especificados por padrões usuais do mercado. Dessa forma, a natureza dos objetos a serem contratados é de natureza comum, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133 /2021, portanto, podem ser adquiridos por meio de processo licitatório.

9.10. Da garantia, manutenção e assistência técnica

9.10.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

9.10.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

9.10.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

9.10.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

9.10.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

9.10.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

9.10.7. Todas as partes, peças acessórios e componentes (exceto consumíveis tais como eletrodos, etc) estarão sujeitos ao mesmo período de garantia aqui determinado, desde que não tenham sido objeto de mau uso.

9.10.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

9.10.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

9.10.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

9.10.11. Caso o tempo de reparo exceda sessenta dias úteis, a contratada deverá efetuar a substituição do equipamento defeituoso, de forma definitiva, nos mesmos prazos de entrega e instalação pactuados neste documento, conforme previsto no Art 18 § 1º da Lei 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor.

9.10.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

9.10.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

9.10.14. Em todo e qualquer atendimento técnico, cuja intervenção resulte em alteração dos parâmetros do equipamento, a contratada deverá realizar a calibração e segurança elétrica, antes de liberar o mesmo para uso.

9.10.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

9.11. Da necessidade de garantir a manutenção e assistência técnica dos equipamentos na localidade do laboratório.

9.11.1. O presente processo aquisição tem o objetivo de formulação de Ata Registro de Preço (ARP), para possível compra de equipamentos, com vista a estruturação e expansão dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACEN), Laboratórios Regionais de Fronteira (LAFRON) e Laboratórios Municipais de Saúde Pública (LMSP) da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (RNLSP), localizados em todo território nacional. Sendo os equipamentos produtos sensíveis e de alta tecnologia e necessitam garantia para sua perfeita execução, como também a manutenção periódica em caso de necessidade.

9.11.2. Considerando que as entregas dos equipamentos se darão de forma descentralizada, para atender a demandas dos Laboratórios de Saúde pública, localizado em todo território nacional. E ainda, considerando a especificidade do equipamento, é imprescindível que os mesmo tenha assegurado em sua compra a garantia da manutenção e assistência técnica in loco, no laboratório que o mesmo esteja localizado.

9.11.3. Assim, a empresa fornecedora do equipamento deverá garantir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível que atendam as necessidades de manutenção e assistência técnica dos equipamentos localizado no laboratório.

10. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.]

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. A presente aquisição se dará por meio de Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços.

11.2. O objeto da aquisição será composto por 3 itens distintos, não cabendo Parcelamento da Solução para os itens, posto as especificidades e características dos mesmos.

11.3. O objeto da aquisição (Centrífugas e Leitora de microplacas), trata-se de equipamentos de alta tecnologia, para uso em laboratórios de diagnóstico clínico. Sendo estes disponibilizados no mercado como um conjunto único e completo. Não sendo o objeto divisível.

11.4. Assim, é inviável economicamente para a Administração Pública a compra fracionada por peças dos equipamentos em separado, pois haveria de contratar a parte, serviço de montagem para o equipamento, trazendo prejuízo a contratação e transtorno para a entrega do produto.

11.5. Isso posto, para a presente aquisição não haverá parcelamento da solução.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objeto do presente estudo seja atingido.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. O objeto da contratação está previsto no Novo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) Saúde, instituído em 9 de outubro de 2023 através da Portaria GM/MS Nº 1.517.

13.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

13.3. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Gestão/Unidade: 36901;
- Fonte de Recursos: 1.001
- Programa de Trabalho: 10.305.5123.20YJ.0001;
- Elemento de Despesa: 449052;
- Plano Orçamentário: PO 000T

13.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. Resultados Pretendidos

14.1. O objetivo, com a aquisição por meio de Registro de preço, é a compra de equipamentos (Centrífugas e Leitora de microplacas) para reestruturação dos Laboratórios de Saúde Pública, com recurso previsto no Novo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC). Considerando as particularidades regionais e agindo oportunamente na identificação e monitoramento de possíveis ameaças à saúde pública, em articulação com as demais unidades competentes. Além disso, promove a educação permanente e a capacitação dos profissionais de vigilância em saúde.

15. Providências a serem Adotadas

15.1 Considerando que antes da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 entrar em vigor, já haviam sido tomadas providências iniciais para o andamento da aquisição como:

- Instrução do processo de acordo com os normativos sobre o tema;

- Elaboração do Termo de Referência;
- Elaboração de Nota Técnica para subsidiar a autorização pelas autoridades superiores competentes, autorizar a celebração de novos contratos administrativos, relativos a despesas de custeio ou investimento", conforme Decreto nº 7.689/2012, alterado pelo Decreto nº 9.189/2017 ;
- Justificativa/motivação da contratação; e
- Pesquisa de preço e elaboração de parecer de preço pela área demandante.

15.2. Sendo assim, para continuidade do processo as próximas providências a serem tomadas são:

- Avaliar a adequação do Termo de Referência à recomendação da CONJUR;
- Realizar o processo de compra nos moldes da Lei 14.133/21;
- Designar Fiscais titular e suplente;
- Efetivar a Contratação;
- Acompanhar e fiscalizar as exigências contratuais de acordo com o estabelecido em contrato
- Realizar o pagamento da despesa de acordo com as informações no contrato;
- Elaborar Relatório de Gestão contendo todas as ocorrências geradas no âmbito da execução contratual;
- Distribuir o insumo aos estados para atendimento da rede pública.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

16.1.1. Pelo fato dos produtos eventualmente adquiridos serem classificados como material permanente, e em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como nos normativos do Poder executivo federal, a Administração obedecerá ao disposto na legislação específica que trata do desfazimento de bens da Administração Pública, após o fim da sua vida útil, mediante o devido processo administrativo

16.1.1.1. Além disso, visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG e de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – DECOR /CGU/AGU, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental: Produtos constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR- 15448-1 e 15448.

16.1.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

16.2. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998 e da Resolução CONAMA nº 267, de 14/9/2000 é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de Ozônio SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e Tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº. 783, de 1998, e o artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/9/2000.

16.3. A presente contratação atende às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU) no que concerne à Aquisição de Medicamentos, Insumos Hospitalares, Materiais da Área da Saúde, Material de Limpeza, Higiene e Cosméticos.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Com base neste estudo, conforme exposto, considera-se que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração e Saúde.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARILIA SANTINI DE OLIVEIRA

Coordenadora-Geral de Laboratórios de Saúde Pública



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

ANEXO II

ITENS, QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA E ENDEREÇOS DE ENTREGA - ÓRGÃOS PARTICIPANTES

NOME DO ÓRGÃO: LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO -PA		UASG: 926007			
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: NAILDA GOMES PANTOJA E PATRÍCIA SATO BARROS DA COSTA					
LOCAL DE ENTREGA: LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARÁ-LACEN					
ENDEREÇO DE ENTREGA: RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO ,524 – PARQUE GUAJARÁ, CEP 66823-010 NO HORÁRIO DAS 08:00 ÀS 17:00 HORAS					
CONTATO: TEL.: (91)3202-4911, (91)3202-4916, (91)98435-2032, (91)98406-1514		E-MAIL: dap.direcao@lacen.pa.gov.br; dbmlacen@yahoo.com.br			
CRONOGRAMA DE ENTREGA					
Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	1ª execução	Parcela única	1	Até 60 dias após assinatura do contrato
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	1ª execução	Parcela única	5	Até 60 dias após assinatura do contrato

NOME DO ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - MA		UASG: 425128			
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: KAIQUE BRUNO SOUSA OLIVEIRA					
LOCAL DE ENTREGA: ALMOXARIFADO DO IOC/LACEN-MA					
ENDEREÇO DE ENTREGA: RUA JOÃO LUÍS, 3684, DIAMANTE, CEP 65.020-320, SÃO LUÍS, MA					
CONTATO: TEL.: (98) 99115-2500		E-MAIL: adm.lacen@emserh.ma.gov.br			
CRONOGRAMA DE ENTREGA					
Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	1ª execução	Parcela única	2	Até 60 dias após assinatura do contrato
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	1ª execução	Parcela única	3	Até 60 dias após assinatura do contrato

NOME DO ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE-DF			UASG: 926119		
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: FABIANO JOSÉ QUEIROZ COSTA					
LOCAL DE ENTREGA: SIA PARQUE DE APOIO - SULOG					
ENDEREÇO DE ENTREGA: SES-DF, SAI/SAPS, SGAP LOTE G ÁREA ESPECIAL S/Nº (SIA) PARQUE DE APOIO DF CEP: 71.215-000					
CONTATO: TEL.: (61) 3449-4537			E-MAIL: lacen.df@saude.df.gov.br		
CRONOGRAMA DE ENTREGA					
Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
1	CENTRÍFUGA, P/ BUTIRÔMETRO, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 24 UNIDADES, ATÉ 1500 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 15 MIN	1ª execução	Parcela única	2	Até 60 dias após assinatura do contrato
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	1ª execução	Parcela única	5	Até 60 dias após assinatura do contrato

NOME DO ÓRGÃO: FUND. ESTADUAL DE SAÚDE DE RONDÔNIA	UASG: 927502
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: JOAO ALEX DOS SANTOS MUNIZ	



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

LOCAL DE ENTREGA: ALMOXARIFADO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA - LACEN/RO					
ENDEREÇO DE ENTREGA: RUA ANITA GARIBALDI C/ LIBERO BADARÓ, 4130, BAIRRO COSTA E SILVA - PORTO VELHO/RO - CEP: 76.803-620 DAS 7:30HS AS 17:30HS					
CONTATO: TEL.: (069) 99375-6582 WHATSAPP - JOAO ALEX DOS SANTOS MUNIZ (GERENTE ADM./LACEN/RO)				E-MAIL: astec@lacen.ro.gov.br	
CRONOGRAMA DE ENTREGA					
Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
1	CENTRÍFUGA, P/ BUTIRÔMETRO, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 24 UNIDADES, ATÉ 1500 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 15 MIN	1ª execução	Parcela única	3	Até 60 dias após assinatura do contrato
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	1ª execução	Parcela única	4	Até 60 dias após assinatura do contrato
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	1ª execução	Parcela única	3	Até 60 dias após assinatura do contrato

NOME DO ÓRGÃO: SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE - SESAU/AL				UASG: 456951	
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: GLENILDO SOUTO BARROS					
LOCAL DE ENTREGA: ASSESSORIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTO HOSPITALAR E PATRIMÔNIO - ATESP					
ENDEREÇO DE ENTREGA: RUA ANA MARIA COELHO DE MELO, N° 90, FAROL , CEP: 57055-310 MACEIÓ/AL					
CONTATO: TEL.: (82) 3315-2763, ANDERSON BRANDÃO				E-MAIL: lacen.gerencia@sauda.al.gov.br	
CRONOGRAMA DE ENTREGA					
Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Prazo de Entrega Estimado	
1	CENTRÍFUGA, P/ BUTIRÔMETRO, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 24 UNIDADES, ATÉ 1500 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 15 MIN	1ª execução	Parcela única	1	Até 60 dias após assinatura do contrato



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	1 ^a execução	Parcela única	4	Até 60 dias após assinatura do contrato
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	1 ^a execução	Parcela única	2	Até 60 dias após assinatura do contrato

NOME DO ÓRGÃO: FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA		UASG: 456793			
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: NELSON CARLOS ANDRUZINSKI					
LOCAL DE ENTREGA: LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ - LACEN/PR					
ENDEREÇO DE ENTREGA: RUA SEBASTIANA SANTANA FRAGA, 1395 - GUATUPÊ - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR					
CONTATO: TEL.: (41) 3299-3314		E-MAIL: almoxarifado.lacen@sesa.pr.gov.br			
CRONOGRAMA DE ENTREGA					
Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
1	CENTRÍFUGA, P/ BUTIRÔMETRO, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 24 UNIDADES, ATÉ 1500 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 15 MIN	1 ^a execução	Parcela única	1	Até 90 dias após assinatura do contrato
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	1 ^a execução	Parcela única	10	Até 90 dias após assinatura do contrato

NOME DO ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA DA SAÚDE DO AMAZONAS		UASG: 926633			
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: IVANILDE ANDRADE SIMAS					
LOCAL DE ENTREGA: LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DO AMAZONAS - LACEN/FVS-RCP					
ENDEREÇO DE ENTREGA: RUA EMÍLIO MOREIRA, 528 - CENTRO, MANAUS - AM, CEP 69020-040					
CONTATO: TEL.: (92) 3133-5952		E-MAIL: lacen@fvs.am.gov.br; lacenam.qualidade@gmail.com			



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

CRONOGRAMA DE ENTREGA					
Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
1	CENTRÍFUGA, P/ BUTIRÔMETRO, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 24 UNIDADES, ATÉ 1500 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 15 MIN	1ª execução	Parcela única	2	Até 60 dias após assinatura do contrato
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	1ª execução	Parcela única	4	Até 60 dias após assinatura do contrato
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	1ª execução	Parcela única	3	Até 60 dias após assinatura do contrato

NOME DO ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE/ES		UASG: 925120			
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: JAQUELINE PEGORETTI GOULART OU ERIC ARRIVABENE TAVARES					
LOCAL DE ENTREGA: LACEN/ES					
ENDEREÇO DE ENTREGA: AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, 2025 BENTO FERREIRA, VITÓRIA-ES, CEP 29.052-121					
CONTATO: TEL.: (27) 3636-8381 ou 3636-8387		E-MAIL: lacen.biologiamedica@sauda.es.gov.br / lacen.compras@sauda.es.gov.br / lacen@sauda.es.gov.br			
CRONOGRAMA DE ENTREGA					
Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
1	CENTRÍFUGA, P/ BUTIRÔMETRO, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 24 UNIDADES, ATÉ 1500 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 15 MIN	1ª execução	Parcela única	1	Até 60 dias após assinatura do contrato



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	1 ^a execução	Parcela única	1	Até 60 dias após assinatura do contrato
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	1 ^a execução	Parcela única	3	Até 60 dias após assinatura do contrato

NOME DO ÓRGÃO: SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO	UASG: 460002
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: KEILLA MARIA PAZ E SILVA	
LOCAL DE ENTREGA: COORDENAÇÃO DE SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA (CSL) – ALMOXARIFADO DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO “DR. MILTON BEZERRA SOBRAL” – LACEN/PE	
ENDEREÇO DE ENTREGA: RUA JOÃO FERNANDES VIEIRA, S/N, BAIRRO: SOLEDADE, RECIFE/PE, CEP: 50050-215	
CONTATO: TEL.: (81) 3181-6440 ou 6417	E-MAIL: lacen@saude.pe.gov.br

CRONOGRAMA DE ENTREGA					
Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	1 ^a execução	1 ^a	10	Até 60 dias após assinatura do contrato
			2 ^a	9	Até 90 dias após assinatura do contrato
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	1 ^a execução	1 ^a	10	Até 60 dias após assinatura do contrato
			2 ^a	9	Até 90 dias após assinatura do contrato

NOME DO ÓRGÃO: FUNDO ESPECIAL DE SAUDE - ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	UASG: 926292
--	---------------------



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: FLAVIA SILVA SOUTO MORENO					
LOCAL DE ENTREGA: LACEN MS					
ENDEREÇO DE ENTREGA: AVENIDA SENADOR FILINTO MULLER, Nº. 1.666 - VILA IPIRANGA, CAMPO GRANDE-MS, CEP: 79080-320					
CONTATO: TEL.: (67) 98163-1832 ou (67) 99817-5945					E-MAIL: flavia.moreno@saude.ms.gov.br
CRONOGRAMA DE ENTREGA					
Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	1ª execução	Parcela única	6	Até 60 dias após assinatura do contrato
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	1ª execução	Parcela única	3	Até 60 dias após assinatura do contrato

NOME DO ÓRGÃO: ESP- INSTITUTO ADOLFO LUTZ - SECRETARIA DA SAÚDE SÃO PAULO			UASG: 90177					
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: CLAUDEMIR ROCHA DA CRUZ								
LOCAL DE ENTREGA: INSTITUTO ADOLFO LUTZ- CENTRAL: CIE-NADP- NÚCLEO DE PATRIMÔNIO								
ENDEREÇO DE ENTREGA: AVENIDA DOUTOR ARNALDO, 355 - PRÉDIO CENTRAL - CERQUEIRA CÉSAR- SÃO PAULO / SP - 01246-902								
CONTATO: TEL.: (11) 3068-2962			E-MAIL: patrimonio@ial.sp.gov.br					
CRONOGRAMA DE ENTREGA								
Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado			
1	CENTRÍFUGA, P/ BUTIRÔMETRO, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 24 UNIDADES, ATÉ 1500 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 15 MIN	1ª execução	Parcela única	4	Até 90 dias após assinatura do contrato			
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM,	1ª execução	Parcela única	6	Até 90 dias após assinatura do contrato			



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

	TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO				
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	1ª execução	Parcela única	5	Até 90 dias após assinatura do contrato

NOME DO ÓRGÃO: SECRETARIA DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL	UASG: 456803
--	---------------------

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: FABIANO DORNELLES

LOCAL DE ENTREGA: ALMOXARIFADO LACEN (LABORATÓRIO CENTRAL-RS)
--

ENDEREÇO DE ENTREGA: AV. IPIRANGA 5400, JARDIM BOTÂNICO - PORTO ALEGRE/RS - CEP 90610-000
--

CONTATO: TEL.: (51) 3288-4009	E-MAIL: ALMOX-LACEN@SAUDE.RS.GOV.BR; lacen@saude.rs.gov.br
--------------------------------------	--

CRONOGRAMA DE ENTREGA

Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	1ª execução	Parcela única	2	Até 60 dias após assinatura do contrato
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	1ª execução	Parcela única	7	Até 60 dias após assinatura do contrato

NOME DO ÓRGÃO: SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DO CEARÁ	UASG: 456784
--	---------------------

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: LAURO SANTOS NETO

LOCAL DE ENTREGA: LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA - LACEN/CE
--

ENDEREÇO DE ENTREGA: AVENIDA BARÃO DE STUDART, Nº 2405 - ALDEOTA - CEP: 60.120-000 - FORTALEZA/CEARÁ



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

CONTATO: TEL.: (85) 3101.1510, 3101.1500 - (85) 99982.4526 - (85) 98779.5269		E-MAIL: lauro.neto@lacen.ce.gov.br, engclinica.lacen@gmail.com, direcaolace nce@gmail.com.			
CRONOGRAMA DE ENTREGA					
Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
1	CENTRÍFUGA, P/ BUTIRÔMETRO, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 24 UNIDADES, ATÉ 1500 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 15 MIN	1ª execução	Parcela única	1	Até 60 dias após assinatura do contrato
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	1ª execução	Parcela única	6	Até 60 dias após assinatura do contrato

NOME DO ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DA PARAIBA		UASG: 927261			
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: REGILENE MARIA PONTES DE ALMEIDA					
LOCAL DE ENTREGA: LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DA PARAÍBA (LACEN-PB)					
ENDEREÇO DE ENTREGA: AV. CAMILO DE HOLANDA, 214 - CENTRO. JOÃO PESSOA / PB					
CONTATO: TEL.: (83) 98800-6608		E-MAIL: adm.lacenpb@gmail.com			
CRONOGRAMA DE ENTREGA					
Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	1ª execução	Parcela única	2	Até 60 dias após assinatura do contrato



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

NOME DO ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - AC			UASG: 457098		
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO: JANETE TAYNÃ NASCIMENTO RODRIGUES					
LOCAL DE ENTREGA: LACEN/AC					
ENDEREÇO DE ENTREGA: TRAV. DO HEMOACRE 165 BOSQUE – RIO BRANCO/AC					
CONTATO: TEL.: (68) 99971-9323			E-MAIL: lacen.acre@gmail.com		
CRONOGRAMA DE ENTREGA					
Item	Especificações do item	Contratos	Quantidade Estimada de Parcelas	Quantitativo Estimado	Prazo de Entrega Estimado
2	CENTRÍFUGA, PARA MICROPLACAS, DIGITAL, MICROPROCESSADA, ATÉ 4 UNIDADES, ATÉ 5000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 99 MIN, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	1ª execução	Parcela única	2	Até 60 dias após assinatura do contrato
3	LEITORA DE MICROPLACA, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, PARA PLACAS 96 POÇOS, LEITURA ATÉ 30 S, ATÉ 4000 OD, ATÉ 900 NM	1ª execução	Parcela única	4	Até 60 dias após assinatura do contrato



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO Nº

PROPONENTE:CNPJ:

ENDEREÇO:CIDADE:

TELEFONE:BANCO:AGÊNCIA:CONTA CORRENTE:

PRAÇA DE PAGAMENTO:

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE OFERTADA	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO C/FRETE	VALOR TOTAL C/FRETE
ICMS=	% - R\$				
COFINS=	% - R\$				
PIS=	% - R\$				
PRAZOS					
DE VALIDADE DA PROPOSTA:					
PARA ENTREGA DO PRODUTO:					
LOCAL DA ENTREGA:					
DADOS RELACIONADOS COM O PRODUTO					
PRAZO DE VALIDADE:					
TEMPERATURA DE ARMAZENAGEM:					
Quantidade de Unidades por Embalagem Primária;					
Quantidade de embalagens primárias por embalagem secundária: <ul style="list-style-type: none">A. Peso bruto da embalagem secundária;B. Medidas da embalagem secundária: Comprimento x Largura x Altura (C x L x A);C. Quantidade de embalagens secundárias por embalagem terciária (embalagem de transporte).					



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

PROPOSTA	
DATA:	
ASS. REPRES. LEGAL DA EMPRESA:	
FABRICANTE	ATENÇÃO: Todos os dados indicados neste modelo devem constar da proposta.
NOME:	
ENDEREÇO:	



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º/2025

A **UNIÃO**, por intermédio do Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, com sede em Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.544/0008-51, neste ato representado por seu Diretor, XXXXXXXXXXXXXXXXXX, em conformidade com a Portaria nº XXXX, de XX/XX/XXXX, publicada no Diário Oficial da União nº XX, de XX/XX/2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2025, publicada no de/...../2025, processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº/2025 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, quando houver.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Ministério da Saúde.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
2	LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO - PA	UNIDADE	1
3			5
		TOTAL:	6
2	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - MA	UNIDADE	2
3			3
		TOTAL:	5
1	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE- DF	UNIDADE	2
2			5
		TOTAL:	7
1	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RONDÔNIA	UNIDADE	3
2			4
3			3
		TOTAL:	10
1	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE - SESAU/AL	UNIDADE	1
2			4
3			2
		TOTAL:	7
1	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA	UNIDADE	1
3			10
		TOTAL:	11
1	FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA DA SAÚDE DO AMAZONAS	UNIDADE	2
2			4
3			3
		TOTAL:	9
1	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE/ES	UNIDADE	1
2			1
3			3
		TOTAL:	5
2	SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO	UNIDADE	19
3			19
		TOTAL:	38
2	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE - ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	UNIDADE	6
3			1
		TOTAL:	7
1	ESP- INSTITUTO ADOLFO LUTZ - SECRETARIA DA SAUDE SÃO PAULO	UNIDADE	4
2			6
3			5
		TOTAL:	15
2	SECRETARIA DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL	UNIDADE	2
3			7
		TOTAL:	9
1	LABORATORIO CENTRAL DE SAÚDE PUBLICA - LACEN/CE	UNIDADE	1
2			6
		TOTAL:	7
2	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DA PARAIBA	UNIDADE	2



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

			TOTAL:	2
2	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - AC	UNIDADE	2	
3			4	
			TOTAL:	6

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

DOS LIMITES DAS ADESÕES

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, **ao dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.



4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1., sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.



7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:



- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida juntamente como os Apêndices, e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

APÊNDICE I DA ARP

QUADRO DE CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

APÊNDICE II DA ARP

QUADRO DE REGISTRO DE PREÇOS

ITEM	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Pregão:

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

CEP:

Telefone:

E-mail:



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

APÊNDICE III DA ARP

PLANILHA DA ARP

Tabela contendo os limites de quantidade para órgãos não participantes:

ITEM	PRODUTO	QUANTITATIVO DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES	QUANTITATIVO MÁXIMO DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES	QUANTITATIVO MÁXIMO PARA CADA ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO.

A UNIÃO por intermédio do Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.544/0008-51, com sede em Brasília – DF, neste ato representada por seu Diretor, XXXXXXXXXX, em conformidade com a Portaria nº XXXXXX, publicada no Diário Oficial da União n.º XXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXXXX, com sede em XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATADA, neste ato representada por seu procurador XXXXXXXXXXXXXX, de acordo com o constante no Processo SEI nº xxx e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1					
2					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O cronograma de entrega:

ITEM	PARCELA	QUANTITATIVO (XXXXXXX)	PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA (ATÉ)



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___.

7.2. As demais condições para o reajustamento dos preços são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.1.1. Entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal de venda, na qual constarão as indicações referentes ao: nome comercial, marca, fabricante, procedência, número do lote,



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

quantidade por lote, prazo de validade; número do empenho, além do nome e endereço do local de entrega;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.1.7.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.7.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

9.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

- 9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.1.17. Facultar à CONTRATANTE amplo acesso às instalações da CONTRATADA, a qualquer tempo, em horário comercial ou outro definido de comum acordo, para fins de verificação quanto a fabricação ao armazenamento e ao controle de qualidade do objeto contratado;
- 9.1.18. Apresentar, a depender do objeto, quaisquer atualizações que venham a ocorrer no Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos ou na Declaração de autoridade sanitária, competente no país onde será fabricado o objeto contratado, atestando que a contratada cumpre as Boas Práticas de Fabricação de Medicamento (GMP/BPF), sendo certo que o produto entregue à Administração deve ter sido produzido obrigatoriamente, como condição de aceitação, dentro do período de validade do certificado ou declaração (ou subsequentes atualizações).

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

QUANDO FOR SEGURO GARANTIA:

- 10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade seguro-garantia, em valor correspondente a R\$ XXXXX, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 10.2. As demais condições para a prestação de garantia, são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

QUANTO FOR CARTA FIANÇA / CAUÇÃO / TÍTULO:

- 10.3. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a R\$ XXXXX, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.



10.4. As demais condições para a prestação de garantia, são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 00001/250005

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE**

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____

2 - _____